



RUSSIA — SEBASTOPOL.

A EUROPA espera ansiosa o resultado da grande expedição das nações alliadas, França, Inglaterra e Turquia, contra a praça de Sebastopol, chave da Criméa e do mar Negro, e primeiro estabelecimento naval da Russia.

Os preparativos que se fizeram foram immensos; a armada, que conduz o exercito, composto de noventa mil francezes, inglezes e turcos, é uma das mais poderosas que se têm reunido no mundo: trinta e seis naus, sendo a maxima parte d'ellas a vapor, e da maior dimensão e força, muitas fragatas, noventa e cinco vapores, trescentos a quatrocentos transportes! Pareceu-nos pois que seria recebida com agrado uma noticia, quanto pode ser exacta, da praça contra a qual se destinam tão espantosas forças maritimas e terrestres.

Sebastopol, fundada em 1786, no assento da aldeia tartara de Akhiar, é realmente uma das praças mais fortes que existem. É situada um pouco a oeste do vasto pontal da Criméa, que entra pelo mar Negro, em forma de triangulo, cortado de uma parte pela bahia de Sebastopol e pela de Aloulah. Vin-do de leste é mister dobrar o cabo de Karadzé-Bouroun, cingido de um immenso recife, para entrar em Sebastopol e nos tres portos que se comprehendem

na sua bahia. O seu ancoradouro, de quatro milhas de comprimento sobre uma milha de largura, é cercado de altos rochedos cortados a pique, entre os quaes se abrem bacias naturaes, que foram aproveitadas para formar o porto de quarentena e o molhe de querenagem dos navios de commercio. A altura d'agua é ali mui grande; e por consequencia os navios podem encostar-se aos caes para a descarga.

Desde as balizas, que indicam a entrada até ao pé do arsenal, em uma milha de comprimento, todos os pequenos promontorios, que entram pelo mar, são cobertos de fortes de pedra casamatados de dous andares, ou de baterias de taipa, cujo fogo se dirige para o porto. Ao norte, um forte polygonar, collocado em uma eminencia, bate as proximidades da rada; ao sul, um outro forte protege a cidade. Um acampamento entrincheirado, ao sul, em boa posição, e quatro casernas fortificadas, dominando os estabelecimentos da marinha e o parque de artilharia, completam o systema de defeza, como vamos mais claramente especificar.

A entrada da bahia encontra-se primeiro ao sul um forte de duas ordens de baterias de taipa, com cincoenta peças de grosso calibre, e a bateria intitulada de quarentena, com cincoenta e uma peças. No

cume da collina, ao oeste da bahia da quarentena, está o forte polygonar, que dirige para a entrada do ancoradouro cincoenta bôcas de fogo.

No cabo Alexandre ergue-se o forte do mesmo nome, que se compõe de uma torre de cantaria de dous andares, de baterias casamentadas, com sessenta e quatro peças. Os outros fortes casamatados são construidos pelo mesmo systema.

Continuando pelo sul encontra-se o forte S. Nicolau, com cento noventa e duas peças de artilharia, flanqueado á direita e á esquerda de dous outros, um olhando para a barra, o outro varrendo o trajecto dos navios desde a entrada até o arsenal. Por detraz d'este, a bateria Paulo, com outenta peças, varre a ponta éste da entrada do arsenal.

Ao norte, perto do telegrapho, acha-se uma meia bateria de dezete peças, e depois o forte Constantino, com cento e quatro; mais a éste um forte de noventa peças, e finalmente ao sul, em um cabo, duas baterias de trinta e quatro peças cruzam o seu fogo com a do cabo Paulo.

Os aquartelamentos, o parque de artilharia, os estaleiros estão grupados em torno do arsenal. Toda a esquadra de Sebastopol, que se compõe de umas vinte e cinco naus, pode abrigar-se no arsenal, cuja entrada, defendida pelos dous fortes Nicolau e Paulo, pode tornar-se inabordable por meio de uma linha de navios atravessados. A hucia em que se queiram os navios foi disposta de modo que pode servir de defeza. É situada a éste do arsenal, e rodeada de cinco diques, contendo cada um d'elles uma nau. Estes diques conservam-se sempre com agua sufficiente, para que os vasos ali collocados possam jogar com a sua artilharia. Sebastopol conta actualmente cêrca de 30:000 habitantes; e a sua guarnição não é inferior talvez a 18:000 ou 20:000 soldados.

Por esta resumida noticia pode avaliar-se a vantagem da posse de um similhante ponto, e ficam explicados os grandes esforços que as nações alliadas contra a Russia estão empregando para se apoderarem d'elle á viva força.

ARCHEOLOGIA PORTUGUEZA.

MEMORIAS DA VILLA DE ARRAYOLOS.

XXXIII.

Coutada da caça.

Os nossos reis e grandes senhores do seculo 16.^o quasi que não tinham outro desfadamento além do exercicio da caça. A's classes opulentas, affeitas n'esse tempo ao meneio das armas, não podia a providencia inspirar tendencia mais benefica n'um paiz pouco cultivado, e cheio de mattas e brenhas. Assim, sem o pensarem, defendiam o pobre lavrador, perseguindo as feras, e protegiam a creação dos fructos da terra, desbastando os animaes damninhos, não menos nocivos e devastadores que os ferozes. Mas o que até certo ponto era propensão e habito saudavel, veiu depois a degenerar em paixão furiosa. Quando escacearam na selva os animaes bravios, occorreu formar d'elles especies de viveiros, para assim tornar menos encommoda e mais proficua a diligencia de procural-os. D'aqui veiu a instituição das *coutadas*, isto é, de certos tratos de territorio, dentro de cujos limites ficava vedado caçar, salvo ao senhor da terra, ou a quem por mercê sua especial alcançava para isso permissão. Depois d'este descobrimento es-

tendeu-se successivamente sobre a terra uma tal rede de *coutadas*, que pode dizer-se que chegou tempo, em que Portugal todo, ou pelo menos a extensa provincia do Alemtejo, era uma só e contínua *coutada*. Porém a necessidade de segurança pessoal, e o natural desejo de salvar das garras dos bixos os fructos regados com o suor de seu rosto, era incentivo permanente e invencivel para os visinhos das localidades devassarem a cada hora as *coutadas*, e perseguirem os inquietos moradores d'ellas. Foi então necessario aos poderosos, para conservar o seu regalo, comminar e infligir severas penas a quem quebrasse as immunidades d'aquelles privilegiados asylos de malfeteiros irracionaes.

Não se entenda que fallo aqui das prohibições mais ou menos geraes de caçar ou pescar em certas estações, ou com certos instrumentos e aparelhos nimiaamente destructores; porque essas defezas, e seus correspondentes regulamentos, não tendiam tanto a facilitar os meios de dissipar a melancolia de senhores e fidalgos pelo exercicio da montaria; como principalmente tinham em vista assegurar o bastecimento de carnes e pescado. Esta ultima especie de *coutadas*, (se tal nome se lhes pode dar) são assumpto de não pequeno numero de artigos de nossa legislação antiga e moderna, dos quaes apontarei apenas a ordenação extravagante de 15 de dezembro de 1519 (1), incorporada depois nas ordenações Manuequinas, livro 5.^o, titulo 84, d'onde passou para as ordenações Filippinas, livro 5.^o, titulo 88. N'esta ordenação, além das defezas geraes e communs a todo o reino, se reduz ainda a mais estreitos limites a faculdade de caçar em varios logares, e um d'esses é Arrayolos.

A *coutada*, que faz o assumpto d'este capitulo, consistia (como acima disse) na absoluta e perpetua defeza de caçar dentro dos limites assignalados. Pertencia, como era de razão, á casa de Bragança, se bem que sem favor se lhe podia chamar real, pois d'ella affirmã el-rei que servia mais para seu desfadamento do que outra alguma (2).

Bem quizera eu começar por descrever a situação e limites d'esta *coutada*, e apontar o tempo da sua instituição: mas de nada d'isso achei memoria. É provavel que fosse instituida, como algumas outras da provincia, por el-rei D. Manuel em principios do seculo 16.^o, e a primeira prova, que encontro, de sua existencia é um alvará de 21 de novembro de 1516, expedido pelo dito rei de Lisboa aos juizes da villa de Arrayolos, em que ha por bem que arredor da *coutada* da dita villa até meia legua não haja nenhuns galgos, e qualquer pessoa que os tiver, e lhe forem achados, pague a pena que pagam aquelles que na dita *coutada* caçam (3). De pouco ou nada servia que os moradores de Arrayolos se abstivessem de caçar na *coutada*, se ficasse livre aos de Evora o fazel-o. Acudiu logo el-rei a este inconveniente com outro alvará ao juiz de fora de Evora, em 3 de fevereiro de 1517, para que nenhuma pessoa de qualquer condição e qualidade que seja vá caçar lebres com galgos, nem as tome, nem mate com nenhuma armadilha na *coutada* de Arrayolos, sob pena de, além de se executarem no que o contrario fizer as penas da dita *coutada*, mandar el-rei contra

(1) Cartorio da camara de Evora. Liv. 1.^o de registo, fl. 96 v.

(2) Alvará de 21 de agosto de 1521. Cartorio da camara de Evora, liv. 1.^o de registo, fl. 110.

(3) Cartorio da camara de Evora, liv. 1.^o de registo, fl. 48.

elle proceder com qualquer outro castigo, que for sua mercê. E manda ao dito juiz de fora que quando for requerido pelo duque, seu muito amado e prezado sobrinho, tire inquirição devassa dos que na dita coutada caçam, e a elle proprio rei a envie cerrada e sellada para a ver, e mandar o que houver por seu serviço (1).

Parece que nem os de Evora nem os de Arrayolos prestavam mui estricte obediencia a estes alvarás.

Pelo menos assim o entendia o duque de Bragança, mandando-se queixar d'isso a el-rei, que em 21 de agosto de 1521 fez passar outro alvará a todas as justças, e em especial ao juiz de fora de Evora, para que nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição que seja cace na coutada, que por sua licença e auctoridade o duque de Bragança e de Guimarães, seu muito amado e prezado sobrinho, tem em a sua villa de Arrayolos, sob pena que qualquer que n'ella caçar incorra nas penas, que elle dito rei tem postas na sua coutada da Sitima de junto da dita cidade de Evora, e que assim sejam executadas como pelo regimento da dita coutada o manda. Outrosim manda ao dito juiz de fora da cidade de Evora, que a requerimento do couteiro da dita coutada do duque tire cada anno devassamente as testemunhas, que lhe elle apresentar, e a dita devassa entregue a certo recado ao mesmo duque, seu sobrinho, para por ella requerer sua justiça. Quer mais el-rei e lhe praz que o couteiro, que o dito duque, seu sobrinho, tiver posto na dita coutada, e dous guardas sejam cridos por seu juramento, assim como o são os da dita sua coutada da Sitima, fazendo elles primeiro juramento dos santos evangelhos, perante o dito juiz de fora, que bem e verdadeiramente encoutem os que na dita coutada acharem caçando. Assim mesmo praz a el-rei que os que forem comprehendidos em caçar na dita coutada, e forem dos outros logares comarcãos da dita villa de Arrayolos, tenham a pena que tem os da mesma villa pelo regimento da coutada; e que por carta precatória do juiz de Arrayolos se faça n'elles a execução dos damnos. Por ultimo manda el-rei cumprir e guardar todas estas cousas inteiramente, e o ha assim por bem e seu serviço, por esta coutada ser mais para seu desenfadamento do que outra alguma (2).

Ainda se não dava por contente o duque. Podia, é verdade, armado com os rigores dos antecedentes alvarás, estorvar de caçar na coutada as pessoas leigas e seculares; mas escapavam-lhe pela malha os clérigos. Esses abraçados com a sua isenção da jurisdicção secular, entendendo não lhes serem applicaveis os preceitos e penas dos alvarás regios, não sómente ousavam caçar na coutada, mas, segundo dizia o duque, lh'a damnificavam e destruiam contra a forma dos privilegios do mesmo duque. Recorreu pois a quem podia dar-lhe remedio, a seu primo o cardeal infante, bispo de Evora, o qual achando justa e honesta a petição do duque, e entendendo ser prejudicial aos clérigos serem caçadores, mandou de Almeirim, a 4 de janeiro de 1526, por alvará seu aos vigários de Evora, Monte-mór e Arrayolos notificassem aos clérigos d'aquella cidade e villas, que nenhum fosse ousado de ir caçar á dita coutada contra vontade do duque, seu primo; e sendo algum lá achado, ou provando-se-lhe por qualquer via que foi lá caçar, incorra n'aquellas penas em que incorrem os leigos, que semelhante cousa fizerem. E sendo caso que algum clérigo d'aqui em diante faça o

contrario, sendo demandado perante o vigario, e achando-o este culpado, o condemne, e mande n'elle executar as penas, que se executam nos leigos, de que ametade seja para a pessoa que o accusar, e a outra metade para a fabrica da sua sé (3).

Continuou a coutada até ao fim do seculo, affrouxando-se provavelmente cada vez mais os rigores primitivos, até que passando a corôa para os reis de Castella, estes, não tendo occasiões de caçar nas coutadas de Portugal, não tardaram em abolil-as. Por provisão de 9 de julho de 1594 (4), reconhece Philippe II, que por as coutadas de caça, que os reis passados tinham ordenado que houvesse n'este reino serem tantas e tão grandes, era causa de serem devassadas, e de não haver na guarda d'ellas a observancia que convinha. E logo declara que por fazer mercê a seus vassallos, ha por bem e manda descoutar de todo muitas das ditas coutadas, e de algumas que ficam, cortar de maneira que não sejam tão largas como até aqui foram; e isto quanto á caça sómente, porque quanto ás madeiras ficarão todas coutadas e defezas como d'antes eram. As coutadas que conservou, para si, prevenindo alguma visita a Portugal, foram as de Lisboa, Cintra, Collares, Almeirim, e Salvaterra, ás quaes deu n'essa mesma occasião novo regimento (5).

A provisão antecedente achou alguma resistencia na sua execução, o que deu causa a sair o alvará de 4 de abril de 1601 em confirmação d'ella (6).

A coutada de Arrayolos ficou incluída n'esta primeira abolição geral.

J. H. DA CUNHA RIVARA.

MEMORIA Á CERCA DA BIBLIOTHECA DE EL-REI D. DUARTE.

TEM sido até hoje opinião assentada, e seguida por todos os nossos chronistas e historiadores (1) que

(3) Provas da Historia Genealogica da Casa Real. Tomo 4.º, pag. 72.

(4) Torre do Tombo. Liv. 2.º de leis, fl. 112.

(5) Reformado depois por outro regimento de 21 de março de 1800. E foram totalmente abolidas e devassadas por decreto das côrtes constituintes de 8 de fevereiro de 1821.

(6) Torre do Tombo. Liv. 2.º de leis, fl. 52 v.

(1) D'entre elles apontaremos os seguintes, que temos agora á mão:

Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. CCXIII.

Mariz, *Dialogo IV*, cap. IX.

Duarte Nunes do Lião, *Chronica de D. Affonso*, cap. LXIX.

Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, tom. II, part. III, cap. III. — E tambem no *Epitome*, cap. XIII da edição de 1674.

Francisco de S. Maria, *Anno Historico*, tom. II, pag. 601.

Francisco da Fonseca, *Evora Gloriosa*, pag. 90.

João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, tom. II, pag. 191 da edição de 1746, etc. etc.

A' vista de tão unanime testemunho, já não é para estranhar que o moderno auctor do *Manuel de Bibliothéconomie da Collecção-Roret* (Paris 1841) descrevendo as principaes bibliothecas da Europa. no artigo Lisboa, a pag. 231, nos apresente como existente n'aquella data a *Bibliotheca Real*, funda-

(1) Cart. da cam. d'Evora, liv. 1.º de reg., fl. 49.

(2) Ibidem, fl. 110.

el-rei D. Affonso V *fôra o primeiro rei portuguez, que em seus paços ordenára livreria*. O douto e laborioso abbade Diogo Barbosa Machado assim mesmo o repete no artigo concernente áquelle monarcha, inserto no tomo I da sua *Bibliotheca Lusitana*; e mais recentemente o sr. Freire de Carvalho, no seu *Primeiro Ensaio sobre a Historia Litteraria de Portugal* a pag. 59. Todavia, o amor e respeito que professámos á verdade exigem que imparcialmente reivindicemos aquella gloria para o pae do referido monarcha, el-rei D. Duarte, o *Eloquente*, a quem toca com mais justo titulo, e melhor fundamento. Afora muitas e congruentes razões, que poderíamos adduzir, ha um documento, quanto a nós incontestavel, que nos dá todo o direito para assim o affirmarmos.

No extincto mosteiro da Cartucha de Evora, entre outras preciosidades litterarias de grande momento para a historia das letras portuguezas, existia um antigo e rarissimo codice, do qual João Franco Barreto extrahiu varios apontamentos, quando se occupava de colligir memorias para a *Bibliotheca Portugueza*, que empreheudeu e concluiu, mas que por mau fado não chegou a ver a luz, posto que estivesse completa, e com as licenças para a impressão, segundo nos declara o allegado Barbosa Machado, como testemunha ocular, no artigo relativo áquelle benemerito escriptor. Este codice continha nada menos que uma compilação de todas as obras miudas de el-rei D. Duarte; faltando porém os livros do *Leal Conselheiro*, e *Arte de Cavalgar*, de que hoje por fortuna possuímos já duas edições, feitas recentemente em Paris e Lisboa, uma e outra devidas ao disvelo de dous assíduos cultores das letras patrias (1).

Além das referidas obras comprehendia mais o citado codice (e foi tambem integralmente copiada por João Franco Barreto) uma resenha, ou catalogo dos *livros do uso* do sobredito rei. Este é o que passámos a transcrever sem alteração, quer na phrase, quer na orthographia; que, reportando-nos á copia que temos presente, se nos affiguram por sua ancianidade em tudo conformes ao proprio original (2).

Chamando pois a attenção dos leitores estudiosos para este documento, crêmos que todos de bom grado concordarão connosco em que a collecção dos livros reunida pelo bom rei D. Duarte, ainda que pouco numerosa, e diminutissima com respeito aos nossos dias, era realmente de subida estima, e pre-

da por D. Afonso V!!! Deixámos aos conhecedores da materia o cuidado de analysarem o valor d'este asserto.

(1) A de Paris, 1842 em 4.^o grande, precedida de uma introdução, illustrada com varias notas, e publicada por J. I. Roquete; a de Lisboa, impressa na typographia Rollandiana 1844, em 4.^o pequeno; mais completa que a de Paris, por conter o cap. LV, que n'aquella se omittiu.

(2) De todo o codice mandou o erudito conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes extrahir um fiel, e bem ordenado transumpto, o qual (não obstante perecer com toda a selectissima livreria, que pertencêra a este fidalgo, no incendio subsequente ao terramoto do 1.^o de novembro de 1755, perda irreparavel para as letras portuguezas!) havia sido por elle benevolmente communicado a D. Antonio Caetano de Sousa, que o fez imprimir em parte nas *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, tom. I.

ço n'aquellas eras, e podia bem merecer o nome de livreria; mórmente se attendermos a que em sua totalidade se compunha de manuscriptos, visto que o seu possuidor falleceu em 1438, isto é, dezeseis ou dezoito annos antes d'aquella a que communmente se attribue a invenção da typographia na Europa (3).

Livros do uso de el-rei D. Duarte.

O Pontifical.

Marco Paulo, latim e linguaagem, em hum volume.

Viatico.

Collações que escreveu João rodrigues.

Miracula Sanctorum.

Blivia.

Breviario.

Collações que foram do arçobispo de Sam Thiago.

Dialectica de Aristotiles.

Dita Davicena.

Valerio maximo.

Epistolas de Seneca com outros tratados.

Regimento de Princepes picado douro nas tavaas e as cobertoiras vermelhas.

Pastoral de letra antiga.

Declaração sobre as epistolas de Seneca.

Agricultura que foi de João Pereira.

Livro da quinta essentia.

Hum livro pequeno que começa: "Si cupis esse memor."

Outro livro pequeno que começa: "Domino meo illustri potenti domino Comiti Nicolao de Petralda."

Os cadernos da confição que escreveu João Calado.

O livro dos Evangelhos.

Actos dos apostolos.

Genesy.

Estoria geral.

O livro de Salamão coberto de bezerro.

Coronica Despanha.

Coronica de Portugal.

Livro dos Martires.

Livro de Tristã.

O amante.

Blivia.

Livro de montaria que copilou o vitorioso Rey Dom João, ao qual Deos dê eternal gloria.

Merli.

Regimento de Princepes.

Segredos da Ristotiles.

O livro de Galaaz.

O livro de cetraria por Castelão.

O livro das trovas del Rey Dom Dinis.

Livro da Corte Imperial.

Livro de lepra encadernado em purgaminho.

Livro de logica.

Livro das pregaçoens.

Livro das meditaçoens de S. Augustinho, e das confiçãoens.

Caderno das comemoraçoens em letra grossa.

Livro das Oras do Spiritu Santo encadernado em letra grossa coberto de coiro verde.

Cadernos das cidades e vilas de Portugal.

Livro da virtuosa bemfeitoria.

Livro das ordenaçoens dos Reys.

(3) Vej. Lambinet, *Origine de l'Imprimerie*, tomo I, pag. 155 da edição de 1810. Peignot, *Dictionnaire de Bibliologie*, tom. II, verb. *Typographie*, etc.

Livro dos officios de casa de algum Rey.
 Bartolo com tavoas e coiro verde.
 Marco Tulio, o qual tirou em linguagem o ifante D. Pedro.
 O livro do Conde Lucanor.
 Julio Cesar.
 Coronica despanha em cadernos.
 Bartolo em cadernos encadernados em purgaminho.
 Conquista dultramar.
 Livro da cetraria que foy del Rey Dom Johão.
 Orto do esposo.
 Agricultura que foy del Rey Dom Johão.
 Arvore das batalhas.
 Marco Tulio.
 Livro das trovas del Rey Dom Affonso encadernado em coiro, o qual copilou F. de monte mór novo.
 Valerio maximo em Aragoes.
 Guerras de Macedonia em papel de marca grande.
 O livro da Romaqueya em papel.
 Capitulos que el Rei D. Eduarte fez quando em boa ora foy Rey.
 Livro de montaria por Castelão.
 Livro de papel velho encadernado em purgaminho, que fala dos costumes dos homês e doutras cousas.
 O acipreste de fysa.
 O livro Danibal por portugues.
 Livro de montaria.
 Hum livro das meditaçoens de Santo Augustinho, que treladou o moço da Camera.
 Estoria de Troya por Aragoes.
 Livro de Rumelião.
 Livro de Estrologia encadernado e coberto de coiro preto.
 Livro de rezar del Rey em que esta a confisão geral.
 Livro das trovas del Rey.
 Livro dos Padres Santos em papel de marca mayor, que foy de Johão Pereira.
 Livro da primeira partida.
 Dous livros de Martym Pez.
 As collaçoes de letra pequena.
 Livro do cavalgar que ElRey D. Eduarte copilou (1).

I. F. DA SILVA.

A FAMILIA DO SENHOR CAPITÃO-MÓR.

QUADROS DA VIDA DE PROVINCIA.

VI.

No CAPITULO antecedente ficaram alguns dos meus leitores no gabinete de antiguidades do capitão-mór; é tempo de lhes mostrar os objectos curiosos de que se compunha. Entre varias cartas authographas, notava-se a que fôra escripta a um dos avós da senhora morgada por um principe preto de nobilissima ascendencia, e recebida em Lisboa pela penultima nau dos quintos que viera aportar ao Tejo; e a minuta

(1) Maravilhamo-nos de não encontrar aqui enumerado o celebre romance do Amadis de Gaula, escripto (ao que se diz) originalmente em portuguez, e cujo auctor Vasco de Lobeira tão acceito fôra ao defunto rei D. João I, segundo affirmam os nossos historiographos.

de um requerimento em que um dos antepassados do sr. capitão-mór pedia o habito de Christo para si, e para todos os seus descendentes, allegando, que fôra elle quem mais do que ninguem contribuira para umas cavalladas que se tinham dado na villa, no dia dos annos de sua magestade fidelissima. Entre os manuscriptos, poucas mais curiosidades se continham; a não serem umas memorias de um segundo tio da senhora morgada, sobre a applicação das bestas muares á charrua, em substituição dos bois; e umas considerações topographicas sobre um bocado de charneca, que confinava ao norte com um terreno baldio, que, por cedencia d'uma confraria religiosa, havia dous seculos que fazia parte do morgado do sr. capitão-mór.

Dous cães de caça embalsamados, um furão, e uma tartaruga, compunham o gabinete zoologico da familia, em que se soletravam, ás décadas, os triumphos que o sr. capitão-mór obtivera, caçando. Uma pacifica e ferrugenta espada pendia d'umas das paredes do gabinete. Desejei saber-lhe a historia. Fôra um presente da municipalidade da villa, em testemunho de gratidão ao avô materno da senhora morgada, pela decisão heroica com que se saíra a debellar dous lobishomens que infestavam os contornos. A lenda era das mais engenhosas. Segundo a senhora morgada me contou, persignando-se, o caso fôra serio. Os lobishomens, eram dous irmãos que tinham jurado em vão o santo nome de Deus, alardeando o peccado com a impenitencia e falta de contricção, e assustando a visinhança com correrias nocturnas. Na terra não havia quem se lhes atrevesse; ligados com o demonio em intimo pacto, querer agredil-os, era como que desafiar todas as potestades do inferno. Plebeus não se aventuravam a tão altas cavallarias; fidalgos temiam deslustrar os brazões combatendo com adversarios de jerarchia inferior á sua. Até que por felicidade da provincia houve um homem de alto engenho, e esforçado coração, que se aventurou á empreza. Esse homem fôra por honra propria, e orgulho de seus descendentes, o avô materno da senhora morgada. Armado de ponto em branco, saíra-lhes ao encontro em noute fusca e sem estrellas. Como o final de todas as lendas, ninguem sabia ao certo os pormenores do combate; apenas passava como certo o desaparecimento dos dous feios lobishomens, que punham medo a damas e a creanças, e acovardavam os maiores valentões do sitio. Obelisco que perpetuasse a memoria d'esta façanha, se alguem o inaugurou, não foram os meus olhos que o viram; a espada essa sim, a Alta-Clara, ou a Durindana, ao pé d'ella, ficavam a perder de vista. A tia Genoveva contou-me depois, que em quanto durasse aquella espada, não eram mais lobishomens que se atreveriam a passear por terras de Traz-os-Montes.

As indiscrições sempre se pagam caras! Atrevi-me a perguntar á senhora morgada pelos objectos historicos que recordavam os feitos dos tres marechaes que vira pintados; e soube então com pasmo, que todos tres tinham sido militares de torna-viagem, ganhando os postos, por terem amiudadas vezes dobrado o cabo da Boa-Esperança. Desilludido das altas emprezas que sonhára por conta da familia, vi-me obrigado a recorrer ao Fernão Mendes Pinto, unico meio que me restava de encarecer as problematicas façanhas dos nossos heroes.

A cada rajada de erudição asiatica que eu proferia, a viuva saudava-me como o verdadeiro regenerador das amortecidas, deslembradas, mas patrioticas acções dos seus maiores. As raparigas duvidavam, como eu, que ellas nunca tivessem existido, e

olhavam para mim como que receiando da sinceridade e legitima applicação das minhas citações historicas. Em quanto durou a nossa digressão, a morgada creára nova vida, recapitulando uma por uma as olympicas e mythologicas façanhas dos seus antepassados, a que déra novo lustre, na sua opinião, a patriótica lembrança que tivera o senhor capitão-mór de ir até ao Brazil, sem nunca desamparar, nem nos theatros, a real familia!

Ao sairmos do gabinete, com tenção de irmos respirar pelos jardins um pouco de ar mais livre, é que a senhora morgada teve a condescendencia de me apresentar um criado velho que tinha, typo não degenerado do velho soldado, e que me recordava ao vivo, por entre os destroços da idade, a decisão ardente, e o patriótico alvoroço com que o povo corréra ás armas, para resistir á invasão franceza do Junot, em quanto que os grandes da fortuna e de nome ajoelhavam submissos e reverentes ao idolo do dia.

Gostei de conversar com o bom do velho. As palavras eram-lhe sinceras como o coração: contava sem basofia as cousas que se tinham feito n'aquelle tempo, e narrava os factos com tamanha confiança, que quem quizesse escrever a historia das nossas campanhas, havia de as ir estudar com elle, que ninguém as sabia melhor, nem com mais poesia e criterio as poderia narrar.

Uma cutilada, que bem se via que não fôra de amigo, dava realce á physionomia do velho, que tendo reservado para si as glorias de chronista militar, deixava a tia Genoveva no goso das suas recordações civis, em que era mais exacta do que qualquer desses calendarios, que por ahí assentam balizas historicas, com a mesma consciencia com que a velha lhes entenderia os escriptos, se tivesse tempo e pachorra para os lér.

O bom do soldado quando se lhe fallava nas nossas discordias civis sorria com um profundo desprezo, e rematava sempre dizendo «tenho dó de vocês.»

O cumprimento, sem ser dos mais polidos, era excessivamente sincero; por isso todos lh'o perdoavam.

O meu maior desejo era distrahir-me com o velho das enfezadas commemorações que me víra forçado a ouvir, mas faltava-me o tempo. Tinha que marchar antes de anoutecer, a tarde estava adiantada, e d'ali a noute já pouco distava.

Despedi-me da senhora morgada e das filhas, manifestando os ardentes desejos que tinha de que o menino se resolvesse pela não viagem. As lagrimas rebentaram logo dos olhos á viúva, e eu tive a vaidade de me persuadir que eram por mim, esquecendo-me momentaneamente que lhe tinha fallado no filho, nas viagens, no Gulliver, na Terra-Santa, no Fernão-Mendes, nos anthropophagos, em Sevilha, e na latinidade.

Desci apressado a escadaria do palacio, disposto ao maior de todos os perigos, qual era o de me tornar a ver a cavallo. Illusão ou realidade, pareceu-me que o bom do animal estava mais gordo. Attrevi-me á ascensão, por certo tão perigosa como as de mad. Bertrand de Sanges. Mal tinha posto o pé no estribo, o animal ajoelhou, fazendo uma profunda cortezia, digna do mais aprimorado mestre de cerimonia. O que tem de ser, tem muita força; fiz o meu ultimo esforço, affaguei-o com o maior mimo, e passado pouco tempo o bom do cavallo chotava airosamente pela estrada da Regoa.

Da familia do senhor capitão-mór nunca mais tive a ventura de receber noticias; nem sei se a Genoveva morreu, nem se as meninas casaram, nem se o rapaz, viajando, alcançou o senso commum que faltara ao senhor seu pae.

Do cavallo, esse sim, soube-lhe da morte passado quasi um anno. Macrobio celebre, ninguem que eu saiba, obteve antes de mim a sua certidão d'obito. Não sei se foi bom amigo, mas duvido muito que tivesse sido bom pae.

L. A. PALMEIRIM.

QUADROS MARITIMOS.

I.

ESCAVANDO nas minas dos nossos antigos escriptores, em cata de documentos para a historia da marinha portugueza, que emprehendo levar a cabo, se Deus me ajudar de sua mão, deparei com um livro, composto de folhetos de diversas datas e auctores, em que se relatam alguns dos mais lastimosos naufragios de nossas naus e galeões na carreira da India; minuciosas de mais são aquellas relações para interessarem ao geral dos leitores, e muito extensas para serem trasladadas n'este jornal; por isso tratei de as reduzir convenientemente, e vou publical-as, certo de que ha de agradar a sua leitura, por versar sobre acontecimentos pouco conhecidos hoje.

Começa o livro pela *Historia da muy notavel perda do galeam grande S. Joam*, em que se conta a morte de Manuel de Sousa Sepulveda, sua mulher e filhos, e mais gente do navio, na costa do Natal; como porém este successo é muito conhecido, e d'elle se deu noticia em outro volume do *Panorama*, vamos passar á

Relaçam do lastimozo naufragio da nau Conceiçam, chamada Algaravia a nova, de que era cappitão Francisco Nobre, a qual se perdeu nos baixos de Pero dos Banhos, em 22 de agosto de 1555.

De cinco naus que partiram de Lisboa para a India em março de 1555, quatro chegaram a salvamento a Gôa, porém a quinta, chamada *Conceição*, e que os marinheiros denominavam *Algaravia a nova*, passando por fóra da ilha de Madagascar, em demanda de Cochim, foi encalhar nos baixos de Pero dos Banhos, ás tres horas da noute de 22 de agosto, indo com as velas largas, e não se sabendo a quem attribuir a causa do sinistro.

Apenas amanheceu viram que a nau tinha assentado em uma restinga d'arêa, que em parte saía da agua, unico logar de salvação que enxergavam, ainda que muito precario; tratou-se pois de alliviar a embarcação, a ver se era possivel desencalhar-a, porém de balde cortaram o mastro grande, e alijaram ao mar quanta fazenda encontraram; o navio abriu agua em grande quantidade, e todas as esperanças ficaram perdidas.

O remedio unico (bem parco!) era desembarcar a gente para a corda de arêa; sacar para ahí o maior numero de mantimentos que fosse possivel extrahir da nau, antes que ella se desfizesse; e ir alguém no bachel ao porto da India mais proximo, a ver se alcançava poderem-se salvar os que ficassem. Assim se fez; e o capitão, com mais dous homens de qualidade, e trinta marinheiros, mettendo-se no barco com os cofres d'el rei, deixaram furtivamente os seus desgraçados companheiros. «Não se pode explicar (diz n'este ponto o jesuita, que vamos seguindo em sua narração) a grande confusão e tristeza, com repentinos assombramentos da morte, em que ficaram os demais, que eram perto de quatrocentos homens, vendo-se em quatro palmos de terra, tantos em numero e com tão pouco mantimento, sem provisão para viver na terra, nem remedio para sair ao mar.»

N'este transe tiveram aquelles homens uma idéa bem extravagante: elegeram por seu capitão a D. Alvaro d'Ataide, mancebo de dezoito annos, sem experiencia, só porque era sobrinho do conde da Castanheira! E deram-lhe por companheiro um homem experimentado e de conselho, Duarte Rodrigues de Bulhão; ficando assim organizada a governança d'aquella miseravel colonia. Já ella estaria desfeita pela fome, se não foram os muitos alcatrazes que vinham pousar na ilha, e que se deixavam tomar dos naufragos, bem como alguns mantimentos que o mar arrojava do convez da nau para a praia; porém este ultimo recurso acabou-lhes, porque um forte temporal derrocou de todo a embarcação, e apenas puderam recolher algumas taboas, com as quaes esperavam ordenar ainda um barco salvador.

E ordenaram! Sem ferramenta, sem carpinteiro nem calafate, faltos de tudo! Em quatorze dias puzeram a nado a improvisada embarcação, a que deram o nome de *Misericordia de Deus*, porém só quarenta e cinco, em cujo numero entravam os dous consules, couberam dentro d'ella, e se entregaram aos perigos do mar da India, despedindo-se mui chorosos de seus companheiros que ficavam em terra.

Depois de muitos trabalhos, fome e sede, como pôde imaginar-se, chegou a avistar terra o barquinho, e no mesmo ponto encontrou dous fustões, em um dos quaes vinha o proprio capitão da nau *Conceição*, Francisco Nobre, por mandado do governador da India a procurar os naufragos. Um dos fustões rebocou para Cochim o milagroso barco, e o outro seguiu com Francisco Nobre em demanda dos baixos de Pero dos Banhos.

Entretanto uma nova tentativa se effectuára na ilha. Ao cabo de oito mezes das mais crueis privações, alguns dos naufragos imaginaram descobrir por ali perto outros ilheus menos aridos, e arranjando das madeiras da nau, que ainda encontraram, uma fraca jangada, se entregaram ao mar, promettendo aos companheiros, que ficavam em terra, vir procural-os se encontrassem salvação.

Partiram em abril, e dous mezes andaram sobre as aguas, sem descobrir nenhuma terra, e soffrendo todos os horrores da fome e da sede, quando não podiam pescar algum peixe, ou não chovia. Por fim descobriram uma ilha, tão esteril como a que haviam deixado, e enxergando d'ali outra, que parecia frondosa, diligenciaram tomal-a. Vento ponteiro e grossos mares tornaram inuteis as diligencias de duas tentativas, e quando os mais corajosos se arrojaram terceira vez a ir na jangada demandar aquelle oasis, o maior numero ficou na ilha, aguardando o resultado da expedição. D'esta vez afferraram a terra!

Saborosos côcos, diferentes hervas, e agua crystallina, mataram ali a fome e a sede dos aventureiros, porém era tal o seu estado de fraqueza, que a abundancia os fez cair a todos tão perigosamente enfermos, que não houve quem pudesse tão cedo voltar na jangada a buscar os companheiros. Só passado um mez, tendo feito provimento de agua e côcos, se puderam aventurar de novo no oceano; não encontraram porém na outra ilha mais do que dous companheiros vivos; o resto havia morrido de fome! Entregues á furia do mar, e sem rumo determinado, os pobres naufragos arrostaram com temporaes tremendos, dentro d'aquella fraca jangada, até que a 27 de novembro de 1556 aportaram a Cochim, depois de quinze mezes de angustia! Já ninguem os esperava; e mais ainda, porque o capitão Francisco Nobre não dera com os baixos de Pero dos Banhos; e assim pereceu ao desamparo a gente que lá ficara, que era mais de metade da tripulação da nau.

Que perigos e trabalhos ha ahí em terra que possam comparar-se com estes? Se quereis ouvir-me, contar-vos-hei outros casos não menos lastimosos e tão verdadeiros como o da nau *Conceição*.

(Continúa.)

F. M. BORDALO.

APONTAMENTOS DE UMA VIAGEM Á ITALIA.

V.

FALLAMOS de Roma no antecedente artigo, ficando para este referir a nossa apresentação a sua santidade, a qual effectuamos como noticiaremos mais de espaço.

Fomos visitar a igreja de S. Antonio, que pertence aos portuguezes, na companhia do conselheiro de legação Husson, cavalheiro mui urbano e instruido, que áquelle tempo estava encarregado de negocios, na ausencia do ministro.

Não faremos aqui a historia da origem e sustentação da igreja e hospicio de S. Antonio dos portuguezes; se nos não enganâmos os nomes de uma senhora e de um cardeal acham-se ligados áquelle pio estabelecimento.

A igreja é rica e bonita; mas não tem todas as capellas decoradas com o primor artistico com que o estão duas d'ellas. No altar-mór ha um quadro representando Nossa Senhora e S. Antonio; é obra de algum valor; venera-se outro em um altar lateral do lado da epistola, que tem maior merecimento: representa S. Izabel, rainha de Portugal, conciliando el-rei D. Diniz, seu marido, com D. Affonso, depois o IV, seu filho, conciliação que teve logar cerca de Lisboa, no sitio que se denomina *Arco do Cego*.

Em quanto residimos em Roma tivemos a honra de ser recebidos pelos cardeaes Antonelli, Altieri e Franzoni, altas dignidades da igreja, tão subidas na jerarchia, como delicadas no trato.

Desculpem-nos os dous primeiros se fazemos aqui mais particular menção do cardeal Franzoni, irmão do arcebispo de Turim, tão justamente celebre nos modernos annaes da igreja pela sua energica resistencia á chamada *lei Siccardi*.

O cardeal Franzoni recebeu o barrete cardinalicio sendo nuncio em Lisboa; e tão benevolas relações frequentou durante a sua estada, e na sua ausencia d'esta capital, com a nossa familia, que no mesmo dia em que chegamos a Roma procuramos avistar-nos com sua eminencia. Por varias vezes tivemos a honra de visitar o cardeal Franzoni, e aqui lhe significâmos o nosso sincero agradecimento pelas provas de alta deferencia com que sempre nos distinguio.

Fomos convidados um dia para assistir á sagração do bispo de Brescia. Ao jantar, que se lhe seguiu, estavam presentes talvez vinte pessoas; e entre estas o patriarcha de Jerusalem, um bispo irlandez, mr. Falloux, conego em S. Pedro (irmão de mr. Falloux, que foi ministro da instrucção publica em França) e outros. Imagine-se qual seria a estranheza por todos experimentada, quando, annunciando-se o patriarcha de Jerusalem, vimos entrar um ecclesiastico de estatura mediana, rosto expressivo, e longas barbas, que suppriam pela magestade a falta das cans! Vestia capa e loba, e a cruz episcopal, pendente de um cordão, trazia-a escondida no peito, significando assim a ausencia da sua diocese.

Não faremos a succinta narração da nossa visita ao Vaticano, sem dar um conselho a todos os que se propõem viajar por estranhos paizes; e é que procurem ter boa informação das cousas da sua patria, sobre as

quaes podem contar que hão de ser inquiridos com muita insistencia e curiosidade.

VI.

Foi a Roma e não viu o papa, diz o nosso povo d'aquelle, que tendo emprehendido alguma peregrinação não víra o que n'ella devêra observar. Talvez que aquelle antigo rifão nacional se originasse da persuasão de que portuguez algum deve ir a Roma, sem que procure prostrar-se ante o pae commum dos fieis. Nós porém vimos-o, ainda antes de termos a honra de sermos recebidos em audiencia particular por sua santidade.

A primeira vez que vimos Pio IX foi quando este se dirigiu a S. Carlos, *in Corso*, igreja dos milanezes. Era dia festivo; o papa apresentou-se em estado, esperando-o junto á igreja uma parte das tropas francezas, as quaes lhe fizeram a continencia devida, que é, como observei, com o joelho em terra. Dentro do templo vimos tambem o pontifice, conduzido em andor, lançando contínuas bençãos sobre os fieis, que enchiam o vasto recinto.

Chegado o dia que nos tinha sido designado, por monsenhor Borromeu, *maestro di camera* de sua santidade, para a apresentação, que havíamos previamente solicitado, dirigimo-nos ao Vaticano, e entramos no palacio, passando por entre os suissos e guardas nobres. Esperamos algum tempo n'uma sala, decorada com magnificencia verdadeiramente real; contudo a soberania ali mostrava a sua estreita alliança com a fé, symbolisada n'um crucifixo, que ficava em frente do solo pontificio.

Pouco depois fomos introduzidos pelo camarista de sua santidade, que de joelho em terra annuncia da porta o apresentando. Entramos sem chapéu, sem luvas, fazendo, segundo a etiqueta, tres profundas genuflexões, uma á porta, outra no meio da casa, e a terceira junto ao papa. Sua santidade, que recebe todos sempre com a maior benevolencia, como é notorio, fez-nos a particular mercê de praticar alguns momentos connosco, dispensando-nos, na segunda vez, que foinos a seus pés, a sua preciosa benção, e para todas aquellas pessoas para quem a pedimos. Na primeira audiencia fallou-nos das cousas religiosas de Portugal, mostrando-se tão informado dos negocios ecclesiasticos do ultramar, que até nos disse ha quantos annos estava a diocese de Angola sem bispo! Sua santidade vestia uma samarra branca, e apesar de ser inverno não lhe descobrimos outra vestidura. O seu aspecto é tão venerando, e a sua conversação tão agradável, que ainda aquelles que andam estramalhados do rebanho de Pedro, logo que têm a ventura de o ver e tratar, lhe prestam unanimes o seu testemunho de veneração e respeito.

Finalmente deixamos Roma, e seguimos viagem para a cidade de Napoles. Fizemos o trajecto na diligencia, em umas trinta e tres horas, atravessando a fronteira de noite, depois de termos passado as lagôas *Pontinas*, cuja insalubridade não pode ainda ser attenuada, apesar dos esforços que para as melhorar têm sido empregados por varios pontifices, e especialmente por Pio VI. Por Terracina saímos dos estados pontificios, e entramos no reino de Napoles, pela provincia denominada *Terra di Lavoro* (1).

D. ANTONIO DE ALMEIDA.

(1) Os *Apontamentos de uma viagem á Italia*, a que este capitulo serve de remate no *Panorama*, e com que se dignou brindar-nos o sr. D. Antonio d'Almeida (typo de urbanidade e cavalheirismo) consta-nos que vão publicar-se em volume separado, comprehendendo tambem alguns capitulos ineditos e mui interessantes.



MACROBIA CELEBRE.

CATHARINA, condessa de Desmond, da illustre familia dos Fitzgeralds de Drumana, no condado de Waterford, foi uma das mais celebres macrobias de que a historia nos deixou memoria; porquanto tendo nascido no decimo quinto seculo, na Irlanda, veiu a fallecer no reinado de Jaques I, com mais de cento e quarenta e dous annos. No reinado de Duarte IV casou esta veneranda dama com Jaques, decimo conde de Desmond, e por occasião do seu matrimonio dansou na cõrte com o duque de Gloucester, que depois subiu ao throno com o nome de Ricardo III. Reduzida á miseria a sua illustre familia pela infidelidade de um mordomo, a condessa emprehendeu a viagem de Bristol para Londres, afim de solicitar uma pensão, o que conseguiu. Tinha n'essa epocha cento e quarenta e um annos!

O celebre Bacon, que conheceu a condessa de Desmond, assevera que se lhe haviam renovado os dentes já em idade mui adiantada!

STEARINA ECONOMICA.

PARA se obter um producto com o qual podem manufacturar-se velas de apparencia igual á da melhor stearina, e por um preço relativamente modico, propõe-se a seguinte receita:

Sebo.	100.
Colophonia, ou resina de pinheiro.	50
Capa-rosa	100

Misturem-se estas substancias ao lume, agitando a massa continuamente, até que a capa-rosa perca a sua agua de crystallisação; e distillem-se depois n'um apparelho convenientemente organizado. Depois submetta-se o resultado da distillação á prensa, e alcançar-se-ha, segundo se affiança, além de um oleo, cujas applicações serão numerosas e importantes, um producto comparavel á melhor stearina do commercio, e por um preço accessivel ás classes menos favorecidas da fortuna, que são ao mais numerosas da sociedade.

Cumpra aos industriaes ensaiar o processo, que fica indicado, no que nos parece que elles tanto poderiam lucrar, como o publico.

— Luzir portuguez entre portuguezes, e muito menos luzir com a sua luz, é cousa muito difficilissima na nossa terra. Com a luz alheia vi eu já luzir alguns; mas com a propria, nem S. Antonio, quanto mais os outros.

PADRE A. VIEIRA.